

Declaração da ANDEPS sobre o combate à corrupção



Em 09 de dezembro é celebrado um dos dias mais relevantes para o calendário da cidadania: o Dia Internacional de Combate à Corrupção. Esta data foi escolhida por ter sido o dia em que as Nações Unidas, em 2003, assinaram a sua histórica Convenção contra a Corrupção. No Brasil, o decreto nº 5.687 de 31 de janeiro de 2006 promulga a Convenção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. Vale a pena conhecer o texto da Convenção.

A ANDEPS, como entidade representativa da Carreira de Desenvolvimento em Políticas Sociais, e que tem como um de seus princípios a defesa da democracia, da justiça social, da cidadania e a inclusão social, não pode deixar de manifestar nesta data a importância de refletirmos sobre o tema da corrupção e de nos vermos como parte de um processo contínuo e permanente de aperfeiçoamento dos mecanismos e políticas de prevenção e combate à corrupção. A corrupção no Brasil representa a manutenção de práticas e atos ilícitos cometidos não só por atores e entidades políticas, e funcionários e instituições públicas, mas também por empresas privadas e indivíduos. Para existirem corrompidos, devem existir também corruptores. Perceber o ciclo completo da corrupção, a existência da corrupção na dimensão privada, no interior da sociedade como um todo, é fundamental para que possamos coibir, cada vez mais, os elementos tradicionais que dificultam que as normas e valores morais e éticos se reflitam na prática social de todos os cidadãos brasileiros. Historicamente as políticas sociais têm sido fonte de inúmeros casos de desvio de recursos e de práticas de corrupção. Fraudes em licitações para a compra de merenda escolar; desvio de recursos destinados à compra de ambulâncias, irregularidades em licitações de obras de construção e reforma de escolas e hospitais; contratos com entidades da sociedade civil que têm como prática o desvio de recursos e a não execução do objeto contratado; sem contar os clássicos e ainda comuns casos de nepotismo em que as primeiras-damas dos municípios assumem o cargo de secretárias da área de assistência social. Estes são alguns exemplos que evidenciam a marcante presença histórica da corrupção nas políticas sociais, o que cria obstáculos e desafios para os necessários avanços na garantia de direitos sociais e da cidadania no país. Nós, Analistas Técnicos de Políticas Sociais – ATPS, trabalhamos com o objetivo de defender a qualificação das políticas sociais como parte do compromisso que temos com as demandas e manifestações da sociedade brasileira, em se tratando de equidade, de acesso à plena cidadania e de gozo dos direitos sociais. Acreditamos que a ampliação dos esforços de combate à corrupção é urgente e necessária para o desenvolvimento do país. Isso envolve fortalecer os mecanismos voltados a coibir e punir os crimes de corrupção e também garantir maior transparência e publicidade no uso de recursos públicos. Contudo, a transparência e o interesse público devem vir em uma estratégia de intensificação da cidadania, com maior controle e participação social, como formas de romper com a tolerância e indiferença à corrupção. A sociedade brasileira precisa avançar na consolidação de uma cultura política mais democrática e participativa. Superar posições negativas em relação às instituições públicas e políticas é essencial para uma maior participação, exercício da cidadania e defesa do interesse público na prática social. Entendemos também que importantes reformas estruturais, em especial vinculadas aos sistemas político e tributário vigentes, devem ser priorizadas na agenda do governo, de forma a reduzir os incentivos hoje existentes para a prática de corrupção, e para criar as condições necessárias à construção de um país mais justo, democrático e com redução permanente das desigualdades sociais. A Reforma Política é imprescindível para o enfrentamento às causas estruturais da corrupção, ligadas à relação espúria entre o público e o privado. Nesta data de marcante importância para uma reflexão sobre o país que queremos, colocamos, a cada ATPS, o desafio de pensar no nosso papel como servidores públicos voltados ao desenvolvimento social, e de agir sempre com ética e eficiência na utilização de recursos públicos voltados à implementação das políticas sociais.